

Diretor-geral do STF defende debate para implantar Nível Superior para técnico judiciário

O Cotec-RJ realizou seu primeiro Seminário de Valorização do Cargo de Técnico Judiciário no dia 20 de junho, no auditório do Sisejufe. Mais de 80 pessoas da capital, do interior e também de outros estados participaram do debate sobre a exigência de Nível Superior para ingressar na carreira e refletiram sobre os possíveis caminhos a seguir.

O diretor-geral do Supremo Tribunal Federal (STF), Amarildo Vieira, foi o principal painelistas da noite. Ele apresentou as alternativas que se colocam para a carreira, inclusive a implantação do Nível Superior para o técnico judiciário. O diretor resgatou a situação anterior à Lei 9.421/96, quando as atribuições dos diferentes níveis da carreira eram bem definidas. A partir de então, com o início do processo de modernização dos tribunais, elas passam a ser mais fluídas e complexas. Amarildo reconhece que atualmente é exigida uma qualificação superior para o desempenho das atividades do cargo de Nível Médio, pois o desenvolvimento tecnológico está acabando com as atribuições do cargo de Técnico Judiciário, havendo risco de sua extinção.

“Não tem solução fácil para um grupo tão heterogêneo”, observou. Hoje, são mais de 125 mil servidores no país. O diretor compilou diversas propostas já apresentadas. Num primeiro grupo, ele elencou as tradicionais, como restringir os cargos e funções comissionadas para analistas, bem como delimitar o espaço de atuação dos técnicos, a introdução da gestão por competência, o retorno da ascensão funcional e a inversão da matriz de cargos.

Como propostas inovadoras, ele apresentou a elevação do nível de escolaridade



Amarildo reconhece que é exigida uma qualificação superior para o desempenho das atividades de Nível Médio

de do cargo de técnico e a superposição de padrões. Apesar de ressaltar que o Supremo não tem uma posição sobre o tema, mas que está aberto ao debate, o diretor apontou que essas duas propostas, combinadas, poderiam ser um caminho para a carreira. E avaliou que uma questão a ser resolvida seria a necessidade de manter alguns cargos no Nível Médio, principalmente na área da saúde.

“Precisamos fazer uma discussão desapaixonada, técnica, e olhando para todo o cenário. O que a gente quer é melhorar a prestação jurisdicional e tornar o ambiente de trabalho mais feliz.” Amarildo acredita que é possível acabar com esse desconforto causado por uma pessoa “que às vezes nem trabalha tanto” mas tem uma remuneração maior, apenas por ser analista.

Amarildo fala sobre novos desafios

Resolvida a recomposição salarial, o STF deverá iniciar o debate sobre outros temas, como o Nível Superior para técnicos, o Adicional de Qualificação (AQ), a inclusão da Gratificação de

Atividade de Segurança (GAS) aos preventos de aposentadoria, entre outros.

O diretor do Sisejufe, analista judiciário Edson Mouta, defendeu o Nível Superior para técnicos. Ele acredita que o princípio da razoabilidade está sendo ferido, pois tanto os analistas quanto os técnicos desenvolvem a mesma atividade, mas os salários são diferentes. Ele também aposta na proporcionalidade, pois a diferença de remuneração no final da carreira atualmente é muito grande. E critica a posição de alguns analistas que são contra o nível superior. “Eu não vou perder nada, então não tenho porque me colocar contra a luta legítima dos técnicos.”

O diretor Mauro Figueiredo também criticou a disparidade entre as remunerações. “A experiência aqui não vale nada. Um técnico com 35 anos de tempo de serviço, por exemplo, com o acúmulo de experiência e formação – cursos e treinamento – recebe menos do que um analista judiciário recém-empregado. O problema é de gestão. Isso resulta em falta de motivação”, afirma. Figueiredo destacou para o diretor-geral do STF que o Cotec/RJ está à disposição para construir uma proposta.

Também participaram do seminário o representante do Sindiquinze Nilton Lima e do Sintrajufe-CE Ranulfo Maciel Filho. A mesa de abertura do evento, coordenada pela diretora do Sisejufe, Lucena Pacheco, contou com a participação do diretor-presidente do Sindicato, Valter Nogueira Alves, do coordenador da Fenajufe e membro do Cotec/RJ, Ronaldo das Virgens, a segunda presidente da Associação Nacional dos Técnicos do Poder Judiciário da União (Anatecjuj), Sandra Tirlone, e a servidora Raquel Albano.

Participantes defenderam o NS

Na mesa coordenada pela diretora do Sisejufe e membro do Cotec, Soraia Marca, os participantes puderam manifestar suas posições e fazer questionamentos sobre implantação do Nível Superior para o cargo de técnico judiciário ao diretor-geral do STF.

O também diretor do Sisejufe e membro do Cotec, Amauri Pinheiro, ressaltou que o pleito é apenas a exigência do Nível Superior para novos concursos. Ele acredita que a discussão da carreira pode se arrastar por muito tempo. “Não muda o salário de ninguém, mas muda a vida de muita gente.”

Karine dos Santos, do TRE da Bahia, contou sua experiência na área de Tecnologia da Informação (TI). “Às vezes, fica parecendo que só os técnicos da área administrativa estão sendo prejudicados.” Ela afirmou que nem sempre os dirigentes conhecem a realidade desses profissionais e explicou que no seu setor não há nenhuma distinção entre as atividades desenvolvidas pelo profissionais de níveis Médio e Superior. “Os técnicos da área de TI são altamente cobrados; sofremos muita pressão para entregar os trabalhos e cumprir as metas.”

“Os técnicos estão apresentando hoje a solução para que o Judiciário mantenha sua excelência”, diz Conceição Moraes da JF da Bahia. A especialista em Serviço Público tem como seu foco principal de trabalho a questão da motivação. Ela destacou uma pesquisa de satisfação realizada pelo Conselho Nacional de Justiça. O estudo concluiu que o reconhecimento profissional é mais importante que o salário para os servidores.

Conceição lembra que a grande maioria dos técnicos foi buscar seu aperfeiçoamento às próprias custas, tal o compromisso com a atividade profissional. Sobre as críticas sofridas por parte dos colegas de cargos de Nível Superior, ela acredita que isso poderia ser superado se os analistas entendessem a categoria como um todo. “O Nível Superior para técnicos traria o reconhecimento profissional para todos nós.”



Proposta do NS tramita no Supremo

O avanço da luta dos coletivos de técnicos já pode ser considerado um marco na história dos servidores do Judiciário. A proposta de exigência do Nível Superior (NS) para os próximos concursos já está tramitando oficialmente no Supremo Tribunal Federal (STF). O anúncio foi feito pelo próprio diretor-geral do STF, Amarildo Vieira, durante o seminário sobre a Valorização do Cargo de Técnico do Judiciário.

A partir da organização dos técnicos, os delegados da XIX Plenária Nacional da Fenajufe, em João Pessoa (PB), realizada em outubro de 2015, aprovaram uma sugestão de anteprojeto de lei que foi encaminhada ao STF, em defesa do NS. O documento propõe a alteração do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Judiciário da União.



Conheça e divulgue a sugestão de anteprojeto de lei enviado ao STF

MINUTA DE PROJETO DE LEI Nº _____,

"Altera dispositivo da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, Plano de Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências."

A PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso II do art. 8º da Lei nº 11.416/2006 passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 8º. ... para o cargo de Técnico Judiciário, curso de ensino superior. (NR)

2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, ___ de ___ de ____; ___ da Independência e da República. Ministro.

Hoje, o Art 8º da Lei 11.416 tem o seguinte texto

Art. 8º São requisitos de escolaridade para ingresso:

I - para o cargo de Analista Judiciário, curso de ensino superior, inclusive licenciatura plena, correlacionado com a especialidade, se for o caso;

II - para o cargo de Técnico Judiciário, curso de ensino médio, ou curso técnico equivalente, correlacionado com a especialidade, se for o caso;

III - para o cargo de Auxiliar Judiciário, curso de ensino fundamental.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos neste artigo, poderão ser exigidos formação especializada, experiência e registro profissional a serem definidos em regulamento e especificados em edital de concurso.

Diretor define a luta do NS em três etapas

O diretor do Sisejufe e agora também diretor da Fenajufe, graças à organização dos técnicos, Ronaldo das Virgens, define a luta pelo Nível Superior em três etapas:

- Criação dos primeiros coletivos estaduais e o nacional até a XIX Plenária Nacional da Fenajufe, quando foi aprovado o encaminhamento do ofício 167. Esse processo concretizou o movimento "NS Já".

- A fase atual inicia com a atuação do ofício 167 no STF até o encaminhamento pelo Supremo do anteprojeto de Lei do NS ao Congresso. É o momento de angariar apoio ao movimento dos técnicos.

- A última fase vai começar quando a proposta se transformar em projeto de lei e tramitar na Câmara e no Senado até ser aprovado e depois sancionado pela Presidência da República.



emo



O Seminário teve transmissão ao vivo do painel com o diretor-geral do STF pelo Facebook do Sisejufe. Foi a primeira vez que o Sindicato transmitiu um evento ao vivo. A iniciativa foi inovadora no meio sindical do Judiciário



Veja no YouTube, a importância do NS JÁ para ativos e aposentados: https://www.youtube.com/watch?v=JLkxtTJ9_ig



Sisejufe na luta
em defesa dos servidores públicos
e dos direitos dos trabalhadores
SISEJUFE

ABRIL PINHEIRO

EDSON BRUTA

RANILFO DE FARIAS M. FILHO

NILTON DOS SANTOS LIMA
Secretario-geral Sinquinze/TRT-15

Judiciário vai discutir o Nível Superior para técnicos

O diretor-geral do Supremo Tribunal Federal, Amarildo Vieira, deu uma entrevista exclusiva para o Sisejufe. O técnico do Judiciário é formado em Direito, Administração e pós-graduado em Administração Judiciária. É servidor do STF há mais de 20 anos, tendo ocupado, dentre outros, os cargos de coordenador de auditoria, coordenador de cadastro e legislação de pessoal, secretário de gestão de pessoas e diretor-geral da secretaria. Atualmente, acumula o cargo de presidente do Conselho Diretor da Fundação Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud). É um dos responsáveis por implementar e executar os atos de gestão do presidente Ricardo Lewandowski, eleito para o biênio 2014-2016.



vejo as pessoas com muita expectativa de que o Supremo vá resolver essa situação. O compromisso que nós firmamos é de que tão logo seja finalizado esse processo de negociação salarial, nós vamos montar uma comissão para discutir vários aspectos da nossa carreira que precisam ser reavaliados, inclusive essa questão do Nível Superior para técnicos. Até porque o STF representa 1% da categoria somente e não pode se arvorar a impor soluções para os demais. Vamos construir uma ampla mesa de negociação, com a participação de todos os órgãos, das entidades e das associações para chegar a uma solução que seja adequada para todo mundo, respeitando a realidade de cada órgão.

E como o técnico Amarildo vê esse projeto?

Com responsabilidade, por conta do cargo que ocupo. Eu não abraço nem critico nenhuma bandeira. Meu cargo exige certa isenção para tratar desses assuntos, com bastante serenidade. As pessoas estão com um anseio muito grande. Eu tenho 24 anos de Poder Judiciário e o fato de ser técnico não me impediu de maneira nenhuma de crescer na carreira como servidor.

Tive todas as oportunidades que o Judiciário e que o Supremo poderiam me dar, mas claro, fica uma frustração. Você trabalha, ascende na carreira, mas está limitado por seu cargo. Quanto mais se trabalha, mais se dedica, menos tempo tem para estudar. É uma armadilha: a gente ganha por um lado e perde pelo outro. Você não

O compromisso que nós firmamos é de que tão logo seja finalizado esse processo de negociação salarial, nós vamos montar uma comissão para discutir vários aspectos da nossa carreira que precisam ser reavaliados, inclusive essa questão do nível superior para técnicos.

Vamos construir uma ampla mesa de negociação, com a participação de todos os órgãos, das entidades e das associações para chegar a uma solução que seja adequada para todo mundo, respeitando a realidade de cada órgão.

Se a gente discutir com serenidade e profundidade, a gente pode achar uma solução para o problema do técnico. Eu mesmo venho dizendo isso há muito tempo. Temos um problema sério e grande, porque nós temos muito mais técnicos do que analistas e não tem trabalho pro técnico fazer, não tem atribuição. Ao mesmo tempo, os órgãos não têm servidores suficientes.

A mobilização e pressão da categoria podem ajudar nessa luta?

Eu creio que sim, mas acho que temos que voltar às nossas raízes, da ação sem agressão. A gente passou por um momento de muita dificuldade no final de 2014 e principalmente 2015. Eu acho que as pessoas erraram na mão. Os servidores têm o direito de questionar, manifestar, brigar pelos seus direitos, o Supremo nunca teve nenhuma restrição a isso. Já tivemos vários embates com os sindicatos, mas quando foi necessário sentar para discutir qualquer questão envolvendo a carreira, o Tribunal sempre montou as comissões. Sindicatos sempre tiveram assento, foram ouvidos e esse diálogo sempre contribuiu muito. Tanto o Sindijus-DF, que é o maior sindicato da categoria, quanto a Fenajufe, radicalizaram muito no último período e quase interditaram o debate. Com agressão você não resolve, mas com pressão sim. Isso é natural, é do processo.

Uma coisa que o meu presidente fala é que o sindicalismo precisa de resultado, mas isso tem um limite. Você não vai bater no seu patrão, mas dar umas pancadas de vez em quando é natural. Faz parte do processo, a gente entende isso com muita tranquilidade. Você não atende todo mundo sempre, não agrada todo mundo.

A gente pode dizer que o Supremo é um órgão democrático, que sempre ouviu todo mundo, que está sempre aberto. Quem quer dialogar continua tendo espaço lá, desde que com educação. A gente tem que ter um debate. Quem têm que brigar são as ideias, não as pessoas. Não tem que ter agressão pessoal, ofensas, mas você defender com firmeza suas posições, faz parte. Eu sou assim, cansei de brigar com o sindicato, participei de todos os planos de carreira. Como representante do Tribunal brigava muito com o Policarpo que representava o Sindijus, mas brincava com ele: eu estou defendendo o patrão, você está me defendendo, pois sou sindicalizado. Eu sou servidor, eu quero que você me defenda. Então cada um respeitando seu papel, é tranquilo.

Qual a sua avaliação sobre o atual momento da luta pela valorização do Nível Superior para técnicos?

Eu vejo que os servidores estão muito mobilizados por essa bandeira. A gente sabe também que há muita resistência, eu diria até injustificada. Eu

tem a possibilidade de estudar para outro concurso como outros têm.

O cargo de confiança suga muito a gente, vai absorvendo muita coisa. Eu estou lá como diretor-geral, sou presidente do Conselho Deliberativo da Funpresp-Jud e estive na frente da negociação do reajuste. É muita coisa ao mesmo tempo e muito pouco tempo pra família, pra descansar, pro lazer; falta tempo pra tudo.